

FHC

20 ABR 1997

Indiferença fatal

WILSON FIGUEIREDO *

Período de indigestão reformista, com baixo rendimento oposicionista, é o que provavelmente dirá no futuro a História, quando tiver de falar sobre o que foi — e sobretudo o que terá deixado de ser — o governo Fernando Henrique. Não terá sido um governo como o presidente e os seus esperavam fazer. Não será apresentado, porém, na versão depreciativa que os seus adversários gostariam.

Faltou à oposição preparo para a prova oral. O presidente levou a confusão ao campo adversário e, com tantas línguas fluentes, armou uma verdadeira Babel entre os oposicionistas: acertam-se contra Fernando Henrique mas batem cabeça com cabeça desde a reeleição. O instinto de qualquer governo é continuar ou, não sendo possível, fazer o sucessor, enquanto o da oposição é chegar ao poder, se possível, com bons modos. Só o governo fez a sua parte até agora.

O erro político de Fernando Henrique é fazer-se de desentendido e recusar distinções oficiais que afagariam o ego oposicionista. A oposição tem as mesmas fraquezas humanas dos governistas, embora com sinal invertido.

Fernando Henrique admitiu ficar sem oposição, sem avaliar o custo adicional que a operação lhe apresentaria na metade do governo. Não providenciou nada para substituí-la e deixou correr para ver o que aconteceria. Aconteceu. Foi-se desenhando aos poucos a insatisfação residual, anônima, fora do alcance oficial, da própria oposição e da percepção geral. De individual passou a coletiva, e contagiou a classe média com certa nostalgia da inflação, quando percebeu que

as primeiras vantagens do Real preferiram o pessoal de baixo da pirâmide salarial. Só faltou mesmo, na seqüência de manifestações de juizes, bispos, aposentados e extrateto um documento encaminhando o desconforto do crime organizado com a situação nacional.

A culpa não terá sido (quando a História puser os verbos nesse tempo) exclusivamente de Fernando Henrique. Faltou-lhe desde o começo, como protagonista, a merecida oposição. Não soube negociar um acordo tácito para interessar a oposição no seu papel próprio, desobrigando o presidente de monologar o tempo todo. Governos deviam ser obrigados a organizar ministérios e cuidar da oposição não apenas com sobras de poder, mas como ato de penitência democrática.

Sem dúvida, Fernando Henrique teve tudo para fazer um bom governo, exceto oposição. Com ela, podia chegar a excelente. Cada governo comporta um tipo específico de oposição, dentro da variedade disponível de padrões. Oposição, como roupa, tem preferências: uma assenta melhor que outra. Depende, porém, menos da roupa e mais de quem a veste.

Fernando Henrique não tratou bem a oposição, tomada em conjunto, talvez pela impossibilidade de saber com qual tendência lidar no momento certo, sem melindrar as demais. A atitude foi entendida como desconsideração múltipla. Queixam-se de que o presidente fala com a arrogância de quem venceu por merecimento e por maioria absoluta, recusando consideração a quem perdeu por falta de merecimento e por minoria absoluta.

Quando a falta de oposição aperta, a política — que não esconde preocupação com o vácuo na sua área doméstica — trata de ocupá-lo mediante divergência dentro do governo, cuja maioria não é a soma aritmética

das tendências que a compõem. Qualquer estímulo semeia ambições e colhe conflitos num governo sem oposição. Todos pela reeleição, mas, extrateto, cada qual por si mesmo. O PMDB cedeu uma parte às necessidades da oposição e com a outra atendeu às conveniências do governo. Funcionou com uma balança, embora viciada.

A infeliz oposição borralheira recolheu-se ao que FH não perderia a oportunidade de considerar "a sua insignificância", pois por um bom aparte faz um mau negócio, e foi significar no seu canto. Por não suportar o vácuo, a sucessão presidencial também não agüenta esperar sentada: cinco anos a impacientavam e quatro não a acalmam. Faltando candidatos, providencia especulações e dá verossimilhança às coincidências.

A sucessão presidencial, incomodada pela iniciativa de Fernando Henrique, sente-se sempre atrasada e, portanto, indelicada com os cidadãos. Na sua antiga picardia com o vácuo, não faz a menor diferença entre eleição e reeleição. Havendo candidato à reeleição, é preciso de outro pela oposição. Se não houver, irá despertar vocações oposicionistas dentro do próprio governo, que é sempre um celeiro de ambições, acenando-lhe com o papel principal do lado de fora.

A Constituição, que pretendeu prever todas as hipóteses e acautelá-las contra riscos, não pensou em resguardar a oposição. Governos deviam tratar com cavalheirismo a oposição, que é do gênero feminino. JK assegurou à UDN — por ser feminina e não por outra razão — a oportunidade de salvar as aparências como oposição sem se abster de frequentar o palácio. Que se transferisse a capital para Brasília, mas se mantivesse o Catete.